

Regularização fundiária e a função social do Instituto Federal: uma experiência a partir de uma ação de prestação de serviços¹

Maurício Polidoro², Felipe Geremia Nievinski³, Zoé Otilia da Silva Braz dos Santos⁴, Jaqueline Castro⁵, Eduardo Cidade⁶, Daniel Canavese de Oliveira⁷

RESUMO

O relato busca apresentar as ações de extensão do grupo de ensino-pesquisa-extensão Saúde, Ambiente e Desenvolvimento (SAD) na capital do Rio Grande do Sul. Trata-se de um deslocamento na tríade ensino-pesquisa-extensão que, ao articular diferentes escalas e abordagens metodológicas, consolida a aproximação e a constituição de uma relação dialógica Instituição – comunidade. Neste texto, apresentamos a experiência de elaboração de uma ação de extensão do tipo prestação de serviços. O apoio técnico e científico consiste na parceria com a Cooperativa Vida Nova, no bairro Restinga, na produção de subsídio para o processo legal de regularização fundiária da comunidade junto ao Poder Executivo e Judiciário. As metas previstas incluem a redação de um relatório técnico de diagnóstico sócio-físico-territorial. Por fim, apresentamos o andamento da ação, os desafios identificados e as potencialidades de replicação.

Palavras-chave: Regularização fundiária. Extensão. Função social. Instituto Federal.

¹ Ação de extensão de prestação de serviços: “Apoio técnico-científico na negociação fundiária da comunidade Vida Nova, Restinga, Porto Alegre”, protocolo SIGProj Nº 337892.1811.166339.05082019.

² Doutor em Geografia, Docente de Geografia do Campus Restinga do IFRS. mauricio.polidoro@restinga.ifrs.edu.br

³ Doutor em Engenharia Aeroespacial, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. felipe.nievinski@ufrgs.br

⁴ Liderança da comunidade Vida Nova, Egressa do curso técnico em Comércio do Ensino Médio para Jovens e Adultos do Campus Restinga do IFRS. 10090201@restinga.ifrs.edu.br

⁵ Liderança da comunidade Vida Nova, Estudante do curso técnico em Agroecologia do Ensino Médio para Jovens e Adultos do Campus Restinga do IFRS. 2017310085@restinga.ifrs.edu.br

⁶ Estudante do curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. emaupucrs@gmail.com

⁷ Doutor em Ciências da Saúde, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. daniel.canavese@ufrgs.br

Introdução

Em 14 de julho de 2018 realizamos em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no *Campus* Restinga do IFRS, um encontro que buscou debater os efeitos materiais e simbólicos do capitalismo racial (Bonds, 2015; Bonds, 2018; Christian, 2018; Clarno, 2017; Delaney, 2002; Kobayashi & Peake, 2000; Leong, 2013; McKittrick, 2011; Melamed, 2015; Gilmore, 2002) em Porto Alegre e São Francisco (Califórnia). Além do processo histórico de segregação social e racial forjado na segunda metade do século XX que discutimos anteriormente (Polidoro, 2014; Polidoro & Canavese, 2017), ambas as cidades, localizadas nos extremos de uma concepção dicotômica de centro-periferia ou de países rico-pobre, identificamos, naquela oportunidade, as semelhanças da exclusão, identificadas por marcadores como gênero, raça e classe social. O bairro Restinga foi forjado nos auspícios da urbanização racista de Porto Alegre do século XX que, com projetos de embelezamento e melhoramento das áreas centrais nos anos 1960, utilizou da força policial para a remoção das malocas (Gamalho, 2009). As remoções à força, conforme relatam os sobreviventes da época, ocorriam à noite por caminhões do Exército, sendo a ameaça da coerção constante e, no imaginário construído naquele período, o medo de a qualquer momento ser forçadamente deslocado para a Restinga (distante 30 quilômetros do marco zero de Porto Alegre) semeou fantasmagoricamente o bairro como um local distante, inseguro, onde nada havia além da insegurança e a solidão.

Com o avanço das décadas e o descaso do Poder Público, aliado à expansão do narcotráfico, ainda hoje o bairro Restinga é associado à pobreza, ao terror e à insegurança, como indica levantamento das manchetes da mídia local que realizamos no âmbito do programa de extensão Observatório da Comunidade. É neste contexto de desigualdade que o bairro emerge, ao mesmo tempo, como um espaço de exclusão e de resistência contra a ordem hegemônica do capitalismo racial. As lutas sociais de lideranças comunitárias articuladas em diferentes temas travadas a partir da década de 1960 para a urbanização do bairro, teve três projetos mais recentemente bem-sucedidos: a instalação de um Hospital Geral, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e do Centro de Artes e Esportes Unificados.

A Restinga resguarda de forma intensa as dicotomias de um bairro periférico: de um lado, a Restinga “Nova”, com projeto urbanístico planejado e executado pelo Estado e a Restinga “Velha” fruto da urbanização do improvisado e cuja dinâmica demográfica e territorial é impossível de ser capturada pelos métodos tradicionais de pesquisa estatística como do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), recorrentemente rechaçados pela população local⁸.

A capital do Rio Grande do Sul conta hoje com cerca de 600 ocupações irregulares e quase 300 mil pessoas que vivem em condições precárias. A ausência de água, de energia elétrica, de sanitários e as habitações construídas em áreas com declive acentuado, em fundos de vale, nas proximidades de córregos e em outras áreas de urbanismo de risco (Rolnik, 1999) fazem de Porto Alegre a capital com maior segregação racial do país (Nexo Jornal, 2015) e retrato típico do atraso imposto pela colonialidade operante. A ausência de estudos profundos do Estado sobre a realidade da cidade ilegal, ou seja, aquela “fora do mapa” é exemplar de como o descaso do Poder Público opera e faz emergir iniciativas populares de sobrevivência amparadas em tecnologias sociais.

Este relato de experiência pretende, a partir do cenário descrito, apresentar o procedimento da prestação de serviços junto a uma ocupação irregular de terra pública municipal no bairro Restinga, em área limítrofe ao *Campus* Restinga. Ressalta-se, todavia, que as atividades junto à comunidade ocorrem desde 2014. A seção seguinte apresenta o processo metodológico de construção da ação.

⁸ As lideranças locais alegam que o bairro possui mais de 100 mil habitantes e não 60 mil como indica o Censo 2010 do IBGE.

No final, algumas considerações e recomendações são feitas, vislumbrando possibilidades de replicação em outras realidades semelhantes.

Vida Nova: percurso metodológico e o estabelecimento de redes de cooperação

A comunidade Vida Nova tem aproximadamente 407 famílias e 1.628 pessoas segundo estimativa dos nossos estudos, ainda em andamento. Segundo o Plano Diretor do Município de Porto Alegre, a área ocupada encontra-se destinada ao uso industrial e, desde janeiro de 2017, um processo de mudança da destinação do uso do solo de industrial para residencial está em trâmite da Câmara de Vereadores de Porto Alegre⁹. Desde o final de 2018 as lideranças da comunidade e outras centenas de ocupações existentes em Porto Alegre têm feito tratativas de regularização junto à Procuradoria-Geral do Município, à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, o Ministério Público Estadual e à Justiça Estadual na busca de soluções conjuntas ao impasse.

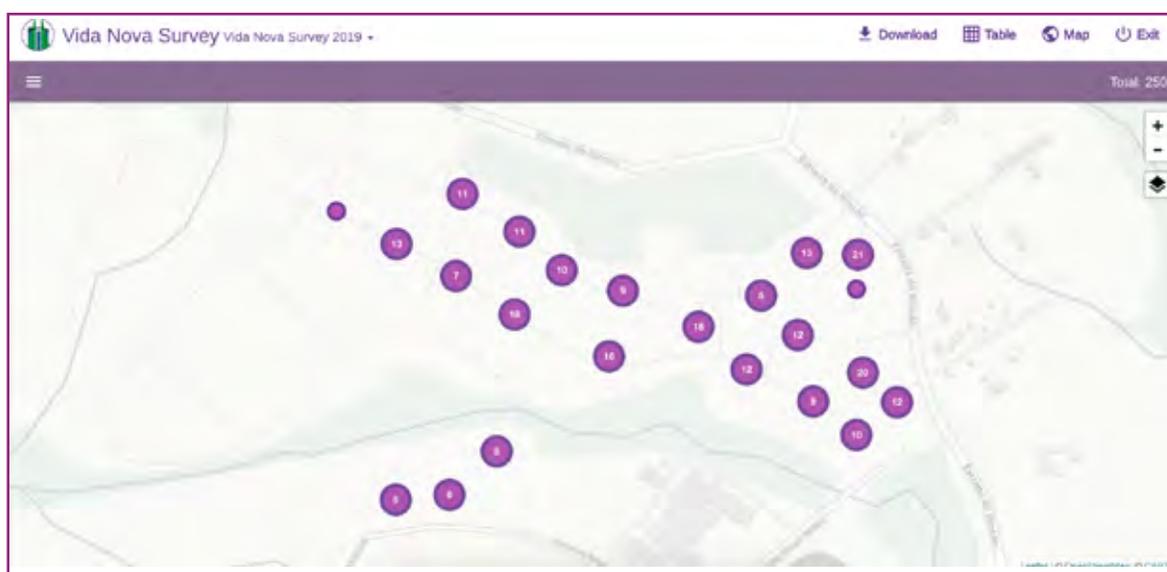
A primeira etapa de início das negociações foi a criação de uma Cooperativa e o registro de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) como requisito de prosseguimento ao processo. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre sinalizou, em audiência conjunta com as demais instituições supramencionadas, além de representantes do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), o interesse em vender a área para a Cooperativa. Dado o contexto do avanço neoliberal conservador e o eminente risco de desapropriação pela força policial, a comunidade aceitou a compra do terreno que foi orçado, em audiência de agosto de 2019, em quase 3,5 milhões de reais.

A exigência da realização de estudo dos aspectos físicos-territoriais da comunidade, incluindo levantamento topográfico, elaboração de memorial descritivo do perímetro, projeto de arruamento e parcelamento do solo, além de cadastro das famílias foi imposto para o andamento do processo. O apoio do IFRS tornou-se, neste âmbito, essencial para vencer o litígio. O alto custo de tais estudos, inviável para a comunidade, nos levou a uma articulação com as instituições de ensino existentes em Porto Alegre para a realização do laudo técnico. O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS) e os cursos de graduação em Saúde Coletiva e Engenharia Cartográfica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul se juntaram ao IFRS no estabelecimento de uma rede de cooperação para a produção do laudo técnico.

Para o levantamento topográfico e a elaboração de memorial descritivo do perímetro, um receptor de sinal de satélite foi instalado no *Campus* Restinga e estudantes da graduação em Engenharia Cartográfica realizaram visitas de campo para um mapeamento acurado e de alta precisão dos limites do terreno para um dimensionamento exato que subsidiará uma contraproposta ao valor imposto pela Prefeitura. Paralelamente, um inquérito epidemiológico foi desenvolvido com o objetivo de ser aplicado simultaneamente ao cadastro das famílias, exigência da Justiça. Com o intuito de desmanchar consensos sobre as populações que vivem em ocupações irregulares, o questionário aplicado conta com cerca de sessenta questões que versam sobre: (i) características do(a) chefe do domicílio; (ii) características sócio-demográficas do respondente do inquérito; (iii) características e situação de saúde do respondente do inquérito; (iv) características do domicílio e entorno. O diagnóstico subsidiará o argumento de reajuste do valor, bem como de reposicionar a imagem estigmatizante de pessoas que residem em comunidades vulneráveis como “invasores”, expressão recorrentemente utilizada nos espaços de debate em que percorremos ao longo deste período.

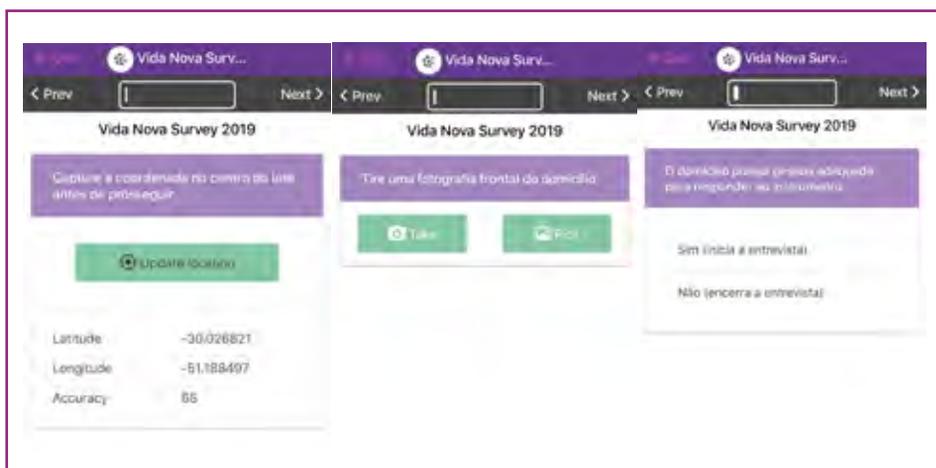
⁹ Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Economia Finanças, Orçamento e do MERCOSUL, Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação, Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, Comissão de Saúde e Meio Ambiente, protocolo 2240/2240, PLL 249/2017.

A aplicação do instrumento foi realizada por estudantes do IFRS, UFRGS e PUC-RS com o uso de celulares do tipo *smartphones*. O formulário foi elaborado no Epicollect5, aplicativo epidemiológico desenvolvido pelo Imperial College of London, Oxford University e Big Data Institute. Em cada unidade domiciliar visitada, além da aplicação do inquérito, da extração de fotografia frontal da residência, foram também capturadas as coordenadas geográficas (Figura 2) que possibilitarão a análise e a redação do laudo técnico. Uma imagem do levantamento é apresentada na figura 1. Após a coleta das informações, o painel de controle do Epicollect5 possibilita a exportação dos dados em formato CSV (*comma-separated values*) e em JSON (*JavaScript Object Notation*). No mesmo painel, é possível gerar um mapa interativo (Figura 1).



↑ **Figura 1.** Mapa parcial do inquérito da prestação de serviços. Fonte: Próprios Autores (2019).

Paralelamente ao desenvolvimento do laudo técnico, oficinas de mapeamento colaborativo (Figura 4) tem sido realizadas com o objetivo de identificar os espaços em comum da comunidade, ou seja, aqueles que os(as) moradores(as) residentes ensejam destinar ao uso coletivo tais como creches, escolas, praças e unidade de saúde. Planeja-se, no término da etapa de redação do estudo, um mutirão de construção de uma praça com uso de materiais recicláveis e placas solares de geração de energia elétrica, com apoio dos agentes empresariais locais.



↑ **Figura 2.** Captura de três telas do aplicativo Epicollect5. Fonte: Próprios Autores (2019).

View	Delete	ESR	Title	Created At	Capture a coordenada no cent...	Tire uma fotografia frontal do d...	Insira uma referência de logra...	Insira uma referência numéric...	O domínio possui pe...
				16th Nov, 2019	-30.137432, -51.133356		rua B	18	Sim (rua e entrevista)
				16th Nov, 2019	-30.137476, -51.133589		rua A	15	Sim (rua e entrevista)
				16th Nov, 2019	-30.137532, -51.133402		rua B	17	Sim (rua e entrevista)
				16th Nov, 2019	-30.137694, -51.133169		rua A	21	Não (entrevista e entrevista)
				16th Nov, 2019	-30.137611, -51.133183		rua B	20	Sim (rua e entrevista)
				16th Nov, 2019	-30.137694, -51.133099		rua A	22	Sim (rua e entrevista)
				16th Nov, 2019	-30.137532, -51.133095		rua B		Sim (rua e entrevista)
				16th Nov, 2019	-30.137646, -51.132827		rua B	24	Sim (rua e entrevista)
				16th Nov, 2019	-30.1376, -51.132802		rua B	24	Sim (rua e entrevista)

⌚ **Figura 3.** Captura de tela do painel de controle do Epicollect5. *Fonte:* Próprios Autores (2019).



⌚ **Figura 4.** Oficina de mapeamento colaborativo e planejamento urbano da comunidade Vida Nova. *Fonte:* Próprios Autores (2019).

Considerações Finais

Neste texto, buscamos relatar a experiência de uma prestação de serviços a uma comunidade no bairro Restinga, na periferia da capital gaúcha. Descrevemos o processo do contexto de inserção do *campus* e a demanda de articulação das redes de instituições de ensino para apoiar a produção técnica que subsidiará o processo judicial de regularização fundiária da comunidade Vida Nova,

vizinha do IFRS. Buscamos sensibilizar os(as) leitores(as), em especial a comunidade acadêmica, da potência de inserção social do Instituto Federal em comunidades vulneráveis na busca da transformação radical das desigualdades postas.

Concluimos que o IFRS possui papel protagonista nos territórios em que se insere e a comunidade acadêmica se transforma em agente supremo da transformação, desde que em diálogo aberto e sensível com as lideranças. Esperamos que esse relato impulse ações semelhantes e, além de agregar valor à imagem do IFRS, consolide sua função social conforme os preceitos da sua lei fundante. ■

Referências

- BONDS, A. Beyond white privilege: geographies of white supremacy and settler colonialism. **Progress in Human Geography**. Volume 40, n. 6, p. 715-733. 2015.
- BONDS, A. Race and ethnicity I: property, race, and the carceral state. **Progress in Human Geography**. Volume XX, n. X, p. 1-10. 2018.
- CHRISTIAN, M. A Global Critical Race and Racism framework: racial entanglements and deep and maleable whiteness. **Sociology of Race and Ethnicity**, 1-17. 2018.
- CLARNO, A. **Neoliberal Apartheid: Palestine/Israel and South Africa after 1994**. University of Chicago Press. 2017.
- DELANEY, D. The space that race makes. **The Professional Geographer**. Vol. 54, n. 1, p. 6-14. 2002.
- GAMALHO, N. P. A produção da periferia: das representações do espaço ao espaço de representação no bairro Restinga – Porto Alegre/RS. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 159f. 2009.
- GILMORE, R. W. Fatal couplings of power and difference: Notes on racism and geography. **The Professional Geographer**. Vol. 54, n.1, p. 15-24. 2002.
- KOBAYASHI, A.; PEAKE, L. Racism out of Place: Thoughts on Whiteness and an Antiracist Geography in the New Millennium. **Annals of the Association of American Geographers**. Vol. 90, n. 2, p. 392-403. 2000.
- LEONG, N. **Racial capitalism**. Harvard Law Review. Volume 126, n. 8, p. 2151-2226. 2013.
- MCKITTRICK, K. On plantations, prisons, and a black sense of place. **Social & Cultural Geography**. Vol. 12, n. 8, p. 947-963. 2011.
- MELAMED, J. Racial capitalism. **Critical Ethnic Studies**. Volume 1, n. 1, p. 76-85. 2015.
- NEXO JORNAL. Mapa revela segregação racial no Brasil. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2015/12/16/O-que-o-mapa-racial-do-Brasil-revela-sobre-a-segrega%C3%A7%C3%A3o-no-pa%C3%ADs>. Acesso em 10 de setembro de 2019.
- POLIDORO, M.; DEMICHEI, N. A. Segregação sociorracial na periferia da metropole gaúcha: análise do bairro Restinga, Porto Alegre, RS. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Vitória, ES: Associação dos Geógrafos Brasileiros. v. 1. p. 1-1. 2014.
- POLIDORO, M.; CANAVESE, D. Porto Alegre's sociopolitical urbanism and neoliberal economic dynamics: Perspectives from a local community in the Afro-Brazilian periphery. **Local Economy**, v. 32, p. 727, 2017.
- ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em Perspectiva (Impresso)**, v. 13, n.4, p. 100-111, 1999.